

O encontro de Caracas

A Conferência Interamericana sobre Financiamento Externo, que termina hoje em Caracas, certamente não levará a resultados sensacionistas, como a anunciada formação de um cartel de devedores (a "Opep dos pobres"), cuja utilidade ninguém até agora foi capaz de definir com precisão. Mas não há dúvida de que esse encontro patrocinado pela Organização dos Estados Americanos permitiu interessante intercâmbio de idéias e melhor conhecimento dos problemas de 30 países latino-americanos, que em conjunto devem mais de US\$ 330 bilhões.

Um documento que deverá ser aprovado ao final da reunião pede aos governos dos países credores e aos bancos internacionais a concessão de prazos de carência mais longos e taxas de juros mais baixas que as atualmente vigentes para a América Latina, além de um aumento da assistência do Fundo Monetário Internacional e dos países industrializados, com o objetivo de permitir a normalização das importações da região, hoje em nível significativamente reduzido. Esse aumento das vendas para as nações latino-americanas também ajudaria a acelerar a recuperação das economias mais desenvolvidas.

Há, no entanto, uma incógnita sobre o documento final da Conferência de Caracas, motivada pelas divergências entre o grupo de países liderados pela Venezuela e o Equador e o grupo dos maiores devedores da região (Brasil, México e Argentina). Os primeiros desejam a aprovação do que chamam de bases para a negociação coletiva da dívida regional; os segundos, apesar de reconhecerem a maior parte dos argumentos da Venezuela e do Equador, continuam a confiar na negociação individual com os credores, pois somente assim será possível levar em conta as grandes diferenças existentes entre os devedores latino-americanos. Esse é, também, o ponto de vista dos Estados Unidos, que participam da reunião e defendem a validade das conversações bilaterais para a renegociação.

E possível que o FMI se acabe transformando em um dos principais alvos de vários participantes da Conferência de Caracas, porque a disciplina desse organismo internacional é considerada perversa e morosa. No entanto, esse modo de ver as coisas seguramente não ajudará a resolver o problema mais sério dos bancos credores e dos países endividados, que é o refinanciamento dos juros. Os bancos podem refinanciar a parte do serviço da dívida correspondente ao principal, mas não têm meios de postergar o pagamento dos juros, e este é, hoje, o verdadeiro nó das renegociações.

Portanto, em vez de atacar o FMI e buscar a renegociação coletiva da dívida latino-americana, as delegações presentes em Caracas deveriam ter dado maior atenção a esse delicado problema do refinanciamento dos juros, que não pode ser feito pelos bancos (os quais precisam remunerar seus depósitos). Uma proposta conjunta da América Latina, a respeito desse ponto de estrangulamento das renegociações em curso, seria fundamental para persuadir os governos dos países desenvolvidos a dar uma colaboração mais efetiva no sentido de uma solução institucional.

A nosso ver, uma instituição como o FMI poderia desempenhar esse papel, desde que seus recursos fossem reforçados pelos governos dos países mais ricos. Contudo, os bancos credores e os responsáveis pela política monetária dos Estados Unidos não devem iludir-se: os países em desenvolvimento não precisam apenas do refinanciamento do principal e dos juros; eles necessitam desesperadamente de taxas de juros mais baixas e de novos recursos para financiar suas exportações, pois, do contrário, o crescimento da dívida externa será de tal ordem que nenhum devedor terá condições de suportar o seu serviço, generalizando-se a insolvência e a crise do sistema financeiro internacional.